



## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## 39.º SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

#### PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

##### **Decreto Presidencial n.º 07/2008**

Ratifica, após a aprovação pela Assembleia Nacional no dia 13 de Dezembro de 2007 conforme a Resolução n.º 45/VIII/07, a Convenção Relativa à Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP).

##### **Instrumento de Ratificação**

Foi ratificada por Decreto Presidencial n.º 7/2008, de 12 de Março, a Convenção Relativa à Extradicação entre os Estados membros da Comunidade da Língua Portuguesa (CPLP).

#### ASSEMBLEIA NACIONAL

##### **Resolução n.º 45/VIII/07.**

Aprova a Convenção relativa à Extradicação entre os Estados - membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. (CPLP).

#### PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

##### **Decreto Presidencial n.º 08/2008**

Ratifica, após a aprovação pela Assembleia Nacional no dia 13 de Dezembro de 2007 conforme a Resolução n.º 46/VIII/07, o Instrumento que cria uma Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária entre os Estados Membros da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP).

##### **Instrumento de Ratificação**

Foi ratificada por Decreto Presidencial n.º 8/2008, de 12 de Março, o Instrumento que cria uma Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional entre os Estado Membros da Comunidade da Língua Portuguesa (CPLP).

#### ASSEMBLEIA NACIONAL

##### **Resolução n.º 46/VIII/07.**

Aprova o Instrumento que Cria uma Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária internacional dos Países de Língua Portuguesa. (CPLP).

**PRESIDENCIA DA REPÚBLICA****Decreto Presidencial n.º 07/2008**

No uso da faculdade conferida pelo artigo 82.º alínea b) e artigo 84.º da Constituição da República decreto:

**Artigo 1.º**

É ratificada, após a aprovação pela Assembleia Nacional, no dia 13 de Dezembro de 2007, conforme a Resolução n.º 45/VIII/07, a Convenção Relativa à Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), estabelecida na Cidade da Praia – República de Cabo Verde, no dia 23 de Novembro de 2005, cujo texto faz parte integrante do presente Decreto Presidencial;

**Artigo 2.º**

O presente Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se

Feito em S. Tomé, 12 de Março de 2008.- O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

**INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO**

Faz-se saber, aos que este Instrumento de Ratificação virem, que foi ratificada por Decreto Presidencial n.º 7/2008, de 12 de Março, a Convenção Relativa à Extradicação entre os Estados Membros da Comunidade da Língua Portuguesa (CPLP), estabelecida na Cidade da Praia – República de Cabo Verde, no dia 23 de Novembro de 2005.

Como consequência, as disposições da Convenção vigoram no direito interno Santomense e deverão ser cumpridas.

Para fazer fé é emitido este Instrumento de Ratificação, que vai por mim assinado e selado com o selo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Feito em S. Tomé 12 de Março de 2008.- O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

**ASSEMBLEIA NACIONAL****Resolução n.º 45/VIII/07**

Tornando-se necessária a aprovação da Convenção relativa à Extradicação entre os Estados - membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), feita na Cidade da Praia, a 23 de Novembro de 2005;

Considerado que tanto na sua génese como nos respetivos articulados, a mesma não enferma de quaisquer normativos jurídicos lesivos da Constituição e das demais Leis do País, em particular no que respeita à plena concretização dos direitos humanos;

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) e j) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte.

**Artigo 1.º**

É aprovada a Convenção relativa à Extradicação entre os Estados Membros da CPLP, feita na Cidade da Praia, a 23 de Novembro de 2005, cujo texto faz parte integrante da presente Resolução.

**Artigo 2.º**

A Presente Resolução entra em vigor nos termos legais.

Publique-se.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 13 de Dezembro de 2007.- O Presidente da Assembleia Nacional, *Francisco Silva*.

**CONVENÇÃO DE EXTRADIÇÃO ENTRE OS ESTADOS MEMBROS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, doravante denominados “Estados Contratantes”:

Desejosos de incrementar a cooperação judiciária internacional em matéria penal e convencidos da necessidade de a simplificar e agilizar;

Reconhecendo a importância da extradicação no domínio desta cooperação;

Animados do propósito de combater de forma eficaz a criminalidade;

Acordam o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### **Obrigação de extraditar**

Os Estados Contratantes obrigam-se a entregar, reciprocamente, segundo as regras e as condições estabelecidas na presente Convenção, as pessoas que se encontrem nos seus respectivos territórios e que sejam procuradas pelas autoridades competentes de outro Estado Contratante, para fins de procedimento criminal ou para cumprimento de pena privativa da liberdade por crime cujo julgamento seja da competência dos tribunais do Estado requerente.

#### Artigo 2.º

##### **Fatos determinantes da extradição**

1. Dão causa à extradição os fatos tipificados como crime segundo as leis do Estado requerente e do Estado requerido, independentemente da denominação dada ao crime, os quais sejam puníveis em ambos os Estados com pena privativa de liberdade de duração máxima não inferior a um ano.

2. Se a extradição for requerida para o cumprimento de uma pena privativa da liberdade exige-se, ainda, que a parte da pena por cumprir não seja inferior a seis meses.

3. Se a extradição requerida por um dos Estados Contratantes se referir a diversos crimes, respeitado o princípio da dupla incriminação para cada um deles, basta que apenas um satisfaça as exigências previstas no presente artigo para que a extradição possa ser concedida, inclusive com respeito a todos eles.

#### Artigo 3.º

##### **Inadmissibilidade de extradição**

1. Não haverá lugar a extradição nos seguintes casos:

- a) Quando se tratar de crime punível com pena de morte ou outra de que resulte lesão irreversível da integridade física;
- b) Quando se tratar de crime que o Estado requerido considere ser político ou com ele conexo. A mera alegação de um fim ou mo-

tivo político não implicará que o crime deva necessariamente ser qualificado como tal;

- c) Quando se tratar de crime militar que não constitua simultaneamente uma infração de direito comum;
- d) Quando a pessoa reclamada tiver sido definitivamente julgada, indultada, beneficiada por anistia ou objeto de perdão no Estado requerido com respeito ao fato ou aos fatos que fundamentam o pedido de extradição;
- e) Quando a pessoa reclamada tiver sido condenada ou dever ser julgada no Estado requerente por um tribunal de exceção;
- f) Quando se encontrarem prescritos o procedimento criminal ou a pena em conformidade com a legislação do Estado requerente ou do Estado requerido.

2. Para efeitos do disposto na alínea b) do número 1, não se consideram crimes de natureza política ou com eles conexos:

- a) Os crimes contra a vida de titulares de órgãos de soberania ou de altos cargos públicos ou de pessoas a quem for devida especial proteção segundo o direito internacional;
- b) Os actos de pirataria aérea e marítima;
- c) Os actos a que seja retirada natureza de infração política por convenções internacionais de que seja parte o Estado requerido;
- d) O genocídio, os crimes contra a Humanidade, os crimes de guerra e infrações graves segundo as Convenções de Genebra de 1949;
- e) Os actos referidos na Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1984.

#### Artigo 4.º

##### **Recusa facultativa de extradição**

A extradição poderá ser recusada se:

- a) A pessoa reclamada for nacional do Estado requerido;
- b) O crime que deu lugar ao pedido de extradição foi punível com pena ou medida de segurança privativa ou restritiva da liberdade com carácter perpétuo ou de duração indefinida;
- c) A pessoa reclamada estiver a ser julgada no território do Estado requerido pelos fatos que fundamentam o pedido;
- d) A pessoa reclamada não puder ser objeto de procedimento criminal em razão da idade;
- e) A pessoa reclamada tiver sido condenada à revelia pela infração que deu lugar ao pedido de extradição, excepto se as leis do Estado requerente lhe assegurarem a possibilidade de interposição de recurso, a realização de novo julgamento ou outra garantia de natureza equivalente.

#### Artigo 5.º

##### **Julgamento pelo Estado requerido**

1. Quando a extradição não puder ter lugar ou for recusada por se verificar algum dos fundamentos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º ou nas alíneas a) e b) do artigo 4.º, o Estado requerido deverá, caso o Estado requerente o solicite e as leis do Estado requerido o permitam, submeter o caso às autoridades competentes para que providenciem pelo procedimento criminal contra essa pessoa por todos ou alguns dos crimes que deram lugar ao pedido de extradição.

2. Para os efeitos previstos no número anterior, o Estado requerido poderá solicitar ao Estado requerente, quando este não lhos tenha enviado espontaneamente, os elementos necessários à instauração do respectivo procedimento criminal, designadamente os meios de prova utilizáveis.

3. Quando a extradição não se verificar com o fundamento previsto na alínea d) do artigo 4.º, o Estado requerido tomará as medidas que, de acordo com o seu ordenamento jurídico, seriam aplicáveis caso os factos tivessem sido praticados no seu território.

#### Artigo 6.º

##### **Princípio da especialidade**

1. A pessoa entregue não será detida, julgada ou condenada, no território do Estado requerente, por outros crimes cometidos em data anterior à solicitação de extradição, e não constantes do pedido, salvo nos seguintes casos:

- a) quando a pessoa extraditada, podendo abandonar o território do Estado Contratante ao qual foi entregue, nele permanecer voluntariamente por mais de quarenta e cinco dias seguidos após a sua libertação definitiva ou a ele voluntariamente regressar depois de tê-lo abandonado;
- b) quando as autoridades competentes do Estado requerido consentirem na extensão da extradição para fins de detenção, julgamento ou condenação da referida pessoa em função de qualquer outro crime.

2. Para os efeitos da alínea b) do número anterior, o Estado requerente deverá encaminhar ao Estado requerido pedido formal de extensão da extradição, cabendo ao Estado requerido decidir se a concede. O referido pedido deverá ser acompanhado dos documentos previstos no n.º 3 do artigo 10.º e de declarações do extraditado prestadas em juízo ou perante autoridade judiciária, com a devida assistência jurídica.

3. Se a qualificação do facto constitutivo do crime que motivou a extradição for posteriormente modificada no decurso do processo no Estado requerente, a ação não poderá prosseguir, a não ser que a nova qualificação permita a extradição.

#### Artigo 7.º

##### **Reextradição para um Terceiro Estado**

1. O Estado requerente não pode reextraditar para terceiro Estado a pessoa que o Estado requerido lhe entregou no seguimento de um pedido de extradição.

2. Cessa a proibição de extradição constante do número anterior:

- a) Se, nos termos estabelecidos para o pedido de extradição, for solicitada ao Estado requerido e dele obtida a correspondente auto-

rização judicial para a reextradição, ouvido previamente o extraditado;

- b) Se o extraditado, tendo o direito e possibilidade de sair do território do Estado requerente, nele permanecer por mais de quarenta e cinco dias ou aí voluntariamente regressar.

#### Artigo 8.º **Direito de defesa**

A pessoa reclamada gozará, no Estado requerido, de todos os direitos e garantias que conceda a legislação desse Estado. Deverá ser assistida por um defensor e, se necessário, por intérprete.

#### Artigo 9.º **Transmissão do pedido**

1. O pedido de extradição é transmitido entre autoridades centrais, sem prejuízo do seu encaminhamento por via diplomática.

2. No momento em que procederem, em conformidade com o disposto no artigo 24.º, ao depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação da presente Convenção, os Estados Contratantes indicarão a autoridade central para efeitos de transmissão e recepção dos pedidos de extradição.

#### Artigo 10.º **Forma e instrução do pedido**

1. Quando se tratar de pedido para procedimento criminal, o pedido de extradição deverá ser acompanhado, de original ou cópia certificada do mandado de prisão ou de acto processual equivalente.

2. Quando se tratar do pedido para cumprimento de pena, o pedido de extradição deverá ser acompanhado de original ou cópia certificada da sentença condenatória e de certidão ou mandado de prisão dos quais conste qual a pena que resta cumprir.

3. Nas hipóteses referidas nos números 1 e 2, deverão ainda acompanhar o pedido:

- a) descrição dos factos pelos quais se requer a extradição, indicando-se o lugar e a data de sua ocorrência, sua qualificação legal e fazendo-se referências às disposições legais aplicáveis;

b) todos os dados conhecidos quanto à identidade, nacionalidade, domicílio, residência ou localização da pessoa reclamada e, se possível, fotografia, impressões digitais e outros meios que permitam a sua identificação; e

c) cópia dos textos legais que tipificam e sancionam o crime, identificando a pena aplicável, bem como os que estabelecem o respectivo regime prescricional.

#### Artigo 11.º **Dispensa de legalização**

1. O pedido de extradição, assim como os documentos que o acompanhem estarão isentos de legalização, autenticação ou formalidade semelhante.

2. Tratando-se de cópias de documentos, estas deverão estar certificadas por autoridade competente.

#### Artigo 12.º **Informações complementares**

1. Se os dados ou documentos enviados com o pedido de extradição forem insuficientes ou irregulares, o Estado requerido comunicará esse facto sem demora ao Estado requerente, que terá o prazo de quarenta e cinco dias seguidos, contados a partir da data do recebimento da comunicação, para corrigir tais insuficiências ou irregularidades.

2. Se por circunstâncias devidamente fundamentadas, o Estado requerente não puder cumprir com o disposto no número anterior dentro do prazo consignado, poderá solicitar ao Estado requerido a prorrogação do referido prazo por mais vinte dias seguidos.

3. O Estado requerido poderá solicitar ao Estado requerente uma redução do prazo previsto no número 1, tendo em conta as circunstâncias do caso concreto.

4. O não envio das informações solicitadas nos termos do número 1 não obsta a que o pedido de extradição seja decidido à luz das informações disponíveis.

Artigo 13.º  
**Decisão e entrega**

1. O Estado requerido comunicará sem demora, ao Estado requerente, a sua decisão com respeito à extradição.

2. A recusa total ou parcial do pedido de extradição deverá ser fundamentada.

3. Quando a extradição for concedida, os Estados Contratantes acordarão a data e o lugar da entrega a efetuar pelas autoridades competentes para a sua execução.

4. Se no prazo de quarenta e cinco dias seguidos, contado a partir da data de notificação, o Estado requerente não retirar a pessoa reclamada, esta será posta em liberdade, podendo o Estado requerido recusar posteriormente a extradição pelos mesmos factos.

5. Em caso de força maior ou de enfermidade grave, devidamente comprovadas, que impeçam ou sejam obstáculo à entrega da pessoa reclamada, tal circunstância será informada ao outro Estado Contratante, antes do vencimento do prazo previsto no número anterior, podendo acordar-se uma nova data.

6. O Estado requerente poderá enviar ao Estado requerido, com a anuência deste último, agentes devidamente autorizados que auxiliarão no reconhecimento do extraditando e na condução deste ao território do Estado requerente os quais estarão subordinados às autoridades do Estado requerido.

Artigo 14.º  
**Imputação da detenção**

1. O período de detenção cumprido pela pessoa extraditada no Estado requerido, em virtude do processo de extradição, será computado na pena a ser cumprida no Estado requerente.

2. Para os fins do disposto do número anterior, o Estado requerido informará o Estado requerente da duração da detenção cumprida pela pessoa reclamada para efeitos de extradição.

Artigo 15.º  
**Diferimento da entrega**

1. Não obsta à extradição a existência em tribunal do Estado requerido de processo penal contra a pessoa reclamada ou a circunstância de esta se encontrar a cumprir pena privativa da liberdade por crimes diversos dos que fundamentaram o pedido.

2. Nos casos do número anterior, poderá diferir-se a entrega da pessoa reclamada para quando o processo ou o cumprimento das penas terminarem.

3. A responsabilidade civil a que esteja sujeita a pessoa reclamada não poderá servir de motivo para impedir ou retardar a entrega.

Artigo 16.º  
**Entrega dos bens**

1. Caso se conceda a extradição, os bens que se encontrem no Estado requerido e que sejam produto do crime ou que possam servir de prova serão entregues ao Estado requerente, se este o solicitar, sem prejuízo dos direitos de terceiros de boa fé. A entrega dos referidos bens estará sujeita à lei do Estado requerido.

2. Sem prejuízo do disposto no número 1, tais bens serão entregues ao Estado requerente, se este o solicitar, mesmo no caso de não se poder levar a efeito a extradição em consequência de morte ou fuga da pessoa reclamada.

3. Quando tais bens forem susceptíveis de medidas cautelares no território do Estado requerido, este poderá, por efeito de um processo penal em curso, conservá-los temporariamente ou entregá-los sob condição da sua restituição futura.

4. Quando a lei do Estado requerido ou o direito de terceiros assim o exigirem, os bens serão devolvidos sem encargos, ao Estado requerido.

5. Quando da entrega da pessoa reclamada, ou tão logo isso seja possível, entregar-se-á ao Estado requerente a documentação, os bens e os demais pertences que igualmente lhe devam ser colocados à disposição, conforme o previsto na presente Convenção.

Artigo 17.º  
**Pedidos concorrentes**

1. No caso de pedidos de extradição concorrentes, o Estado requerido determinará a qual dos Estados se concederá a extradição, e notificará a sua decisão aos Estados requerentes.

2. Quando os pedidos se referirem a um mesmo crime, o Estado requerido deverá dar preferência pela seguinte ordem:

- a) ao Estado em cujo território tenha sido cometido o crime;
- b) ao Estado em cujo território tenha residência habitual a pessoa reclamada;
- c) ao Estado que primeiro apresentou o pedido.

3. Quando os pedidos se referirem a crimes distintos, o Estado requerido dará preferência ao Estado requerente que seja competente relativamente ao crime mais grave. Havendo igual gravidade, dar-se-á preferência ao Estado que primeiro tenha apresentado o pedido.

Artigo 18.º  
**Trânsito**

1. Os Estados Contratantes cooperarão entre si visando facilitar o trânsito pelo seu território de pessoas extraditadas, sempre que não se oponham motivos de ordem pública e se trate de crime justificativo da extradição nos termos da presente Convenção.

2. O pedido de trânsito deve ser instruído com cópia do pedido de extradição e da comunicação que a autoriza.

3. Cabe às autoridades do Estado de trânsito a guarda do extraditado e as despesas que dela resultem.

4. Não será necessário solicitar trânsito quando forem utilizados meios de transporte aéreo sem previsão de aterragem no território do Estado de trânsito.

Artigo 19.º  
**Extradição simplificada ou voluntária**

O Estado requerido pode conceder a extradição se a pessoa reclamada, com a devida assistência jurídica e perante a autoridade judicial do Estado requerido, declarar a sua expressa anuência em ser entregue ao Estado requerente, depois de ter sido informada de seu direito a um procedimento formal de extradição e da proteção que tal direito encerra.

Artigo 20.º  
**Despesas**

1. O Estado requerido suporta as despesas ocasionadas no seu território em consequência da detenção do extraditando. As despesas relativas à remoção do extraditando para fora do território do Estado requerido ficarão a cargo do Estado requerente.

2. O Estado requerente suporta as despesas de transporte de retorno ao Estado requerido da pessoa extraditada que tenha sido absolvida.

Artigo 21.º  
**Detenção provisória**

1. As autoridades competentes do Estado requerente podem solicitar a detenção provisória para assegurar o procedimento de extradição da pessoa reclamada, a qual será cumprida com a máxima urgência pelo Estado requerido de acordo com a sua legislação.

2. O pedido de detenção provisória deve indicar que tal pessoa é objecto de procedimento criminal, de uma sentença condenatória ou de ordem de detenção judicial, devendo consignar a data e os factos que motivem o pedido, o tempo e o local da sua ocorrência, além dos dados que permitam a identificação da pessoa cuja detenção se requer. Também deverá constar do pedido a intenção de se proceder a um pedido formal de extradição.

3. O pedido de detenção provisória poderá ser apresentado pelas autoridades competentes do Estado requerente pelas vias estabelecidas na presente Convenção, bem como pela Organização Internacional de Polícia Criminal (INTERPOL), devendo ser transmitido por correio, fax ou qualquer outro meio que permita a comunicação por escrito.

4. A pessoa detida em virtude do referido pedido de detenção provisória é imediatamente posta em

liberdade se, ao cabo de quarenta dias seguidos, a contar da data de notificação da sua detenção ao Estado requerente, este não tiver formalizado um pedido de extradição.

5. O disposto no número anterior não prejudica nova detenção da pessoa reclamada caso venha a ser apresentado o pedido de extradição.

#### Artigo 22.º

##### **Segurança, ordem pública e outros interesses fundamentais**

O Estado requerido pode recusar, com a devida fundamentação, o pedido de extradição quando o seu cumprimento for contrário à segurança, à ordem pública ou a outros seus interesses fundamentais.

#### Artigo 23.º

##### **Resolução de dúvidas**

Os Estados Contratantes procederão a consultas mútuas para a resolução de dúvidas resultantes da aplicação da presente Convenção.

#### Artigo 24.º

##### **Assinatura e entrada em vigor**

1. A presente Convenção estará aberta à assinatura dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. Será submetida a ratificação, aceitação ou aprovação, sendo os respectivos instrumentos depositados junto do Secretariado Executivo da CPLP.

2. A presente Convenção entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados membros da CPLP tenham expressado o seu consentimento em ficar vinculados à Convenção em conformidade com o disposto no número 1.

3. Para qualquer Estado signatário que vier a expressar posteriormente o seu consentimento em ficar vinculado à Convenção, esta entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação.

#### Artigo 25.º

##### **Conexão com outras convenções e acordos**

1. A presente Convenção substitui, no que respeita aos Estados aos quais se aplica, as disposições de tratados, convenções ou acordos bilaterais que, en-

tre dois Estados Contratantes, regulem a matéria da extradição.

2. Os Estados Contratantes poderão concluir entre si tratados, convenções ou acordos bilaterais ou multilaterais para completar as disposições da presente Convenção ou para facilitar a aplicação dos princípios nela contidos.

#### Artigo 26.º

##### **Denúncia**

1. Qualquer Estado Contratante pode, em qualquer momento, denunciar a presente Convenção, mediante notificação dirigida ao Secretariado Executivo da CPLP.

2. A denúncia produzirá efeito no 1.º dia do mês seguinte ao termo do prazo de três meses após a data de recepção da notificação.

3. Contudo, a presente Convenção continuará a aplicar-se à execução dos pedidos de extradição entretanto efetuados.

#### Artigo 27.º

##### **Notificações**

O Secretariado Executivo da CPLP notificará aos Estados Contratantes, qualquer assinatura, o depósito de qualquer instrumento de ratificação, aceitação ou aprovação, as datas de entrada em vigor da Convenção nos termos dos números 2 e 3 do artigo 24.º e qualquer outro acto, declaração, notificação ou comunicação relativos à presente Convenção.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados para o efeito, assinaram a presente Convenção.

Feita na Cidade da Praia, a 23 de novembro de 2005, num único exemplar, que ficará depositado junto da CPLP. O Secretário Executivo da CPLP enviará uma cópia autenticada a cada um dos Estados Contratantes.

Pela República de Angola, *ilegível*.

Pela República de Moçambique, *ilegível*.

Pela República de Federativa do Brasil, *ilegível*.

Pela República de Portuguesa, *ilegível*.

Pela República de Cabo Verde, *ilegível*.

Pela República de Democrática de São Tomé e Príncipe, *ilegível*.

Pela República de Guiné Bissau, *ilegível*.

Pela República de Timor Leste, *ilegível*.

## PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

### Decreto Presidencial n.º 8/2008

No uso da faculdade conferida pelo artigo 82º alínea b) e artigo 842 da Constituição da República decreto:

#### Artigo 1.º

É ratificado, após a aprovação pela Assembleia Nacional, no dia 13 de Dezembro de 2007, conforme a Resolução n.º 46/VIII/07, o Instrumento que cria uma Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional entre os Estados Membros da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), estabelecido na cidade da Praia-República de Cabo Verde, no dia 23 de Novembro de 2005, cujo texto faz parte integrante do presente Decreto Presidencial;

#### Artigo 2.º

O presente Decreto Presidencial entra imediatamente em vigor.

Publique-se.

Feito em S. Tomé, 12 de Março de 2008.- O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

## INSTRUMENTO DE RATIFICAÇÃO

Faz-se saber, aos que este Instrumento de Ratificação virem, que foi ratificado por Decreto Presidencial n.º 8/2008, de 12 de Março, o Instrumento que cria uma Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional entre os Estados Membros da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), estabelecido na cidade da Praia - República de Cabo Verde, no dia 23 de Novembro de 2005.

Como consequência, as disposições da Convenção vigoram no direito interno santomense e deverão ser cumpridas.

Para fazer fé é emitido este Instrumento de Ratificação, que vai por mim assinado e selado com o selo da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

Feito em S. Tomé, 12 de Março de 2008.- O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

## ASSEMBLEIA NACIONAL

### Resolução n.º 46/VIII/07

Tornando-se necessária a aprovação do Instrumento que Cria Uma Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa, feito na Cidade da Praia, a 23 de Novembro de 2005;

Considerando que se torna imperiosa a necessidade, de São Tomé e Príncipe adoptar e aderir ao aludido diploma comunitário, a que o mesmo permitirá relançar uma vez mais a nossa integração na CPLP, mormente no que tange à rede de cooperação jurídica e judiciária;

A Assembleia Nacional vota, nos termos da alínea b) e j) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

#### Artigo 1.º

É aprovado o Instrumento que Cria Uma Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional dos Países de Língua Portuguesa, feito na Cidade da Praia, a 23 de Novembro de 2005, cujo texto faz parte integrante da presente Resolução,

#### Artigo 2.º

A presente Resolução entra em vigor nos termos legais.

Publique-se.

Assembléia Nacional, em São Tomé, aos 13 de Dezembro de 2007.- O Presidente da Assembleia Nacional, *Francisco Silva*.

**INSTRUMENTO QUE CRIA UMA REDE  
DE COOPERAÇÃO JURÍDICA E  
JUDICIÁRIA INTERNACIONAL DOS PAÍSES  
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Título I  
Disposições Gerais**

**Artigo 1.º  
Criação**

1. A Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa cria uma rede de pontos de contacto para a cooperação jurídica e judiciária internacional entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Esta rede, de aqui em diante designada por Rede Judiciária da CPLP, compreende duas unidades distintas:

- a) Uma unidade de cooperação jurídica e judiciária internacional na área penal;
- b) Uma unidade de cooperação jurídica e judiciária internacional na área civil e comercial.

**Artigo 2.º  
Definições**

Para efeitos do presente instrumento, entende-se por:

- a) “Estados membros”, os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- b) “Ministérios da Justiça”, os Ministérios que participam na Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa;
- c) “Ministérios Públicos”, as instituições dos Estados membros que sejam responsáveis pelo exercício da acção penal;
- d) “Organismos Judiciais”, os Conselhos Superiores ou, não existindo, os órgãos superiores da hierarquia dos Tribunais Judiciais.

**Artigo 3.º  
Finalidades e funções**

1. As finalidades da Rede Judiciária da CPLP são as seguintes:

- a) Facilitar, agilizar e criar condições mais favoráveis à cooperação jurídica e judiciária entre os Estados membros;
- b) Construir, de forma progressiva, um sistema integrado e actualizado de informação sobre os diferentes sistemas jurídicos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, bem como sobre a cooperação jurídica e judiciária internacional em geral;
- c) Estabelecer relações com organismos internos e internacionais e colaborar em iniciativas de formação levadas a cabo pelos Estados membros ou por organismos internacionais;
- d) Promover a aplicação efectiva e prática das convenções de cooperação jurídica e judiciária internacional em vigor entre dois ou mais Estados membros.

2. A prossecução da finalidade enunciada na alínea a) do número anterior deve realizar-se em complementaridade e articulação com a competência própria dos poderes executivos e das autoridades centrais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em matéria de cooperação jurídica e judiciária internacional.

**Artigo 4.º  
Composição**

1. A Rede Judiciária da CPLP é constituída pelos pontos de contacto designados pelos Estados membros, no prazo de três meses a contar da data da aprovação deste instrumento e indicados pelos, respectivos Ministérios da Justiça, Ministérios Públicos e Procuradorias Gerais e pelos organismos judiciais.

2. Cada Estado membro deve providenciar, segundo as suas normas internas e no respeito da repartição interna de competências, a indicação de, pelo menos, dois pontos de contacto por parte de cada uma das instituições referidas no número 1, na medida do possível disseminados pelo território

nacional e repartidos pelas duas unidades constitutivas da Rede.

3. Os pontos de contacto devem, na medida do possível, ter responsabilidades no quadro da cooperação jurídica e judiciária internacional.

4. Cada Estado membro procurará estabelecer uma apropriada articulação entre os pontos de contacto que designar.

## Título II

### Funcionamento da Rede

#### Artigo 5.º

#### Funções dos pontos de contacto

1. Os pontos de contacto têm por função, designadamente, e sem prejuízo de outras funções que se enquadrem nas finalidades da Rede:

- a) Realizar a intermediação activa com os pontos de contacto dos outros Estados membros, bem como entre as autoridades competentes no quadro da cooperação jurídica e judiciária internacional e autoridades judiciárias locais, de acordo com as modalidades fixadas por cada Estado membro, proporcionando toda a informação jurídica e prática necessária ao estabelecimento de uma boa cooperação jurídica e judiciária internacional;
- b) Facilitar a informação sobre a autoridade judiciária ou administrativa encarregada de cumprir os pedidos de cooperação jurídica e judiciária;
- c) Identificar as dificuldades e situações de bloqueio que possam resultar de um pedido de cooperação jurídica e judiciária e auxiliar na sua resolução;
- d) Facilitar a coordenação da análise dos pedidos de cooperação jurídica e judiciária quando sejam vários os Estados membros envolvidos;
- e) Colaborar na organização das reuniões mencionadas no artigo 7.º e participar nas mesmas;

f) Colaborar na preparação e actualização da informação mencionada no artigo 11.º;

g) Divulgar, por todas as formas possíveis e adequadas, a Rede Judiciária da CPLP pela comunidade jurídica do seu país.

2. Tendo em vista o desempenho das funções referidas no número 1, a Rede promoverá o estabelecimento de contactos adequados entre os pontos de contacto dos Estados membros, privilegiando os contactos directos.

#### Artigo 6.º

#### Secretário-geral

1. A fim de cumprir os seus fins, a Rede Judiciária da CPLP é assistida por um Secretario-Geral que, por inerência, será ponto de contacto.

2. O Secretário-Geral dispõe de um secretariado próprio e fica instalado no Secretariado Permanente da Conferência de Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa, em relação ao qual tem a sua autonomia funcional.

3. O Secretário-Geral é nomeado pela Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa, no prazo de seis meses após a aprovação deste instrumento e cumpre a sua missão com plena autonomia realizando as seguintes tarefas, sem prejuízo de outras que a Rede entenda atribuir-lhe, caso a caso:

- a) Preparar, manter actualizadas e difundir, com a colaboração activa dos Estados membros e dos pontos de contacto, o sistema integrado de informações e ferramentas operacionais da Rede Judiciária da GPLP previsto no artigo 9.º;
- b) Efectuar a gestão corrente da Rede Judiciária da CPLP;
- c) Elaborar, em colaboração com os Estados membros, a agenda anual da Rede Judiciária da CPLP e o relatório de actividades, previsto no artigo 14.º;
- d) Organizar as reuniões dos pontos de contacto;

- e) Administrar os diferentes níveis de acesso à informação integrada na Rede Judiciária da CPLP;
- f) Promover e executar iniciativas de formação oriundas dos Estados membros ou de organismos internacionais, no âmbito da cooperação jurídica e judiciária.

4. O mandato do Secretário-Geral corresponde ao tempo que decorre entre cada Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa e pode ser renovado por dois períodos subsequentes.

### **Título III**

#### **Reuniões da Rede Judiciária da CPLP**

##### **Artigo 7.º**

#### **Reuniões da rede judiciária da CPLP**

1. Os pontos de contacto da Rede Judiciária da CPLP reúnem-se pelo menos uma vez por ano, mediante convocatória do Secretário-Geral.

2. Sempre que possível são realizadas reuniões nos Estados membros, para que os pontos de contacto possam encontrar-se com os restantes pontos de contacto do Estado anfitrião e outras autoridades, bem como visitar instituições e organismos específicos desse Estado com responsabilidades no âmbito da cooperação jurídica e judiciária internacional ou da luta contra determinadas formas graves de criminalidade.

##### **Artigo 8.º**

#### **Objectivos das reuniões periódicas de pontos de contacto**

Às reuniões periódicas devem:

- a) Permitir aos pontos de contacto conhecerem-se e trocarem experiências;
- b) Constituir uma instância de debate sobre os problemas práticos e jurídicos experimentados pelos Estados membros no âmbito da cooperação jurídica e judiciária, nomeadamente no que respeita ao funcionamento dos mecanismos específicos de cooperação estabelecidos nos instrumentos internacionais em vigor e especialmente à aplicação dos instrumentos vigentes no quadro da já

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

- c) Identificar as melhores práticas no âmbito da cooperação jurídica e judiciária internacional e garantir a difusão da informação correspondente.

### **Título IV**

#### **Instrumentos Informativos e operativos da Rede Judiciária da CPLP**

##### **Artigo 9.º**

#### **Conteúdo das informações difundidas no âmbito da rede judiciária da CPLP**

1. A Rede Judiciária da CPLP construirá um sistema integrado de informações e ferramentas operacionais que lhe permitem cumprir as finalidades previstas no artigo 3.º, em especial:

- a) As coordenadas completas dos pontos de contacto de cada Estado membro;
- b) Um sistema de informação comparada, de carácter jurídico e prático, sobre os sistemas jurídicos dos Estados membros;
- c) Os textos dos instrumentos jurídicos pertinentes;
- d) Um Atlas Judiciário, que permita identificar as autoridades competentes em cada um dos Estados membros da CPLP para receber e executar um pedido de cooperação jurídica e judiciária internacional;
- e) A padronização de um pedido de cooperação jurídica e judiciária internacional.
- f) Informações sobre as acções desenvolvidas por outros organismos internacionais, bem como as iniciativas de formação promovidas no interior de cada Estados membro.

2. O sistema integrado de informações e ferramentas operacionais da Rede Judiciária da CPLP é construído em suporte informático e colocado num sítio acessível a toda a comunidade jurídica dos Estados membros, ressalvando as informações confidenciais que são protegidas através da criação de diferentes níveis de restrição de acesso.

Artigo 10.º  
**Actualização**

1. As informações difundidas no âmbito da Rede Judiciária da CPLP devem imperativamente ser sujeitas a permanente actualização, a cargo do Secretário-Geral.

2. Cabe aos Estados membros a responsabilidade pelo fornecimento das informações necessárias e a verificação da sua exactidão.

Artigo 11.º  
**Meios de comunicação**

Os pontos de contacto devem utilizar os meios técnicos mais adequados de que dispuserem para responder de forma pronta e eficaz a todos os pedidos que lhes sejam apresentados.

**Título V**

**Relações com outras Redes e organismos com Competência em matéria de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional**

Artigo 12.º  
**Redes judiciárias e organismos internacionais de cooperação jurídica e judiciária**

1. A fim de cumprir os seus fins, a Rede Judiciária da CPLP deve procurar manter contactos e partilhar experiências com outras redes de cooperação jurídica e judiciária e organismos internacionais promotores da cooperação jurídica e judiciária internacional, nomeadamente a Rede Judiciária Europeia, a Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial, a Rede Ibero-americana de Cooperação Judiciária Internacional (Iber-Rede), a Unidade de Cooperação Judiciária Penal da União Europeia, designada Eurojust e o Grupo de Trabalho para a Cooperação Jurídica Mútua em Matéria Penal da Organização dos Estados Americanos.

2. A Rede Judiciária da CPLP promove, através dos pontos de contacto e na medida permitida pelos respectivos direitos internos, relações de carácter operativo com pontos de contacto ou correspondentes de outros organismos internacionais.

Artigo 13.º  
**Tribunal penal internacional**

A Rede Judiciária dá CPLP procura manter relações de cooperação com o Tribunal Penal Internacional e, no respeito pelo direito interno dos Estados membros, a Rede Judiciária da CPLP pode desenvolver o seu trabalho colaborando no cumprimento dos pedidos de cooperação provenientes do Tribunal Penal Internacional.

**Título VI**

**Disposições Finais**

Artigo 14.º  
**Avaliação do funcionamento da Rede Judiciária da CPLP**

1. Dois anos após ter aprovado o presente instrumento, a Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa procede a uma primeira avaliação do funcionamento da Rede Judiciária da CPLP.

2. Subsequentemente, a Rede Judiciária da CPLP apresenta à Conferência um relatório de actividades bienal, elaborado pelo Secretário-Geral e aprovado pela Rede na reunião anual.

3. O relatório de actividades deve conter recomendações, elaboradas com base na experiência pertinente adquirida no âmbito da Rede Judiciária da CPLP, visando servir de base à análise de eventuais melhoramentos práticos no domínio da cooperação jurídica e judiciária internacional.

Feito na Cidade da Praia, em 23 de Novembro de 2005.

Pelo Ministério da Justiça de Angola, *ilegível*.

Pelo Ministério da Justiça do Brasil, *ilegível*.

Pelo Ministério da Justiça de Moçambique, *ilegível*.

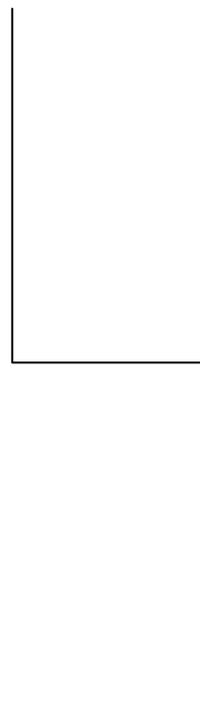
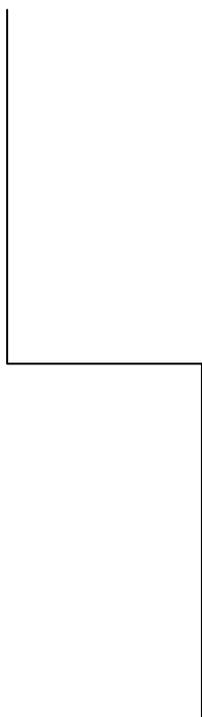
Pelo Ministério da Justiça de Portugal, *ilegível*.

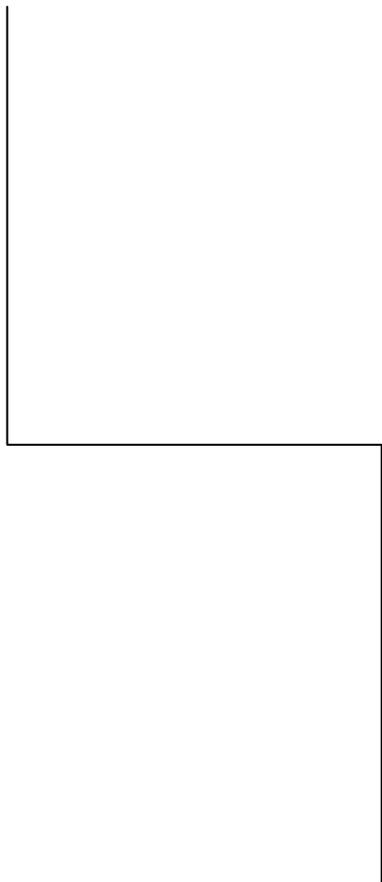
Pelo Ministério da Justiça de Cabo Verde, *ilegível*.

Pelo Ministério da Justiça de São Tomé e Príncipe, *ilegível*.

Pelo Ministério da Justiça da Guiné-Bissau, *ilegível*.

Pelo Ministério da Justiça de Timor Leste, *ilegível*.







## **DIÁRIO DA REPÚBLICA**

### **AVISO**

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública, Reforma do Estado e Assuntos Parlamentares – Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: [cir@cstome.net](mailto:cir@cstome.net) São Tomé e Príncipe. - S.Tomé.